

DIREITOS HUMANOS

por Mário Soares

Será que os Direitos Humanos serão respeitados em Portugal, com o actual Governo? Ninguém, nos últimos anos, ouviu falar em tal coisa nem da Constituição da República, onde eles estão consagrados com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, por unanimidade.

Contudo, durante as ditaduras de Salazar e Caetano os direitos humanos não existiam de facto a não ser na Ordem dos Advogados que os assinalavam em cada dia 10 de Dezembro e eram invocados quando havia presos políticos deportados, como sucedeu comigo quando estive deportado na ilha (então portuguesa) de São Tomé, sem qualquer julgamento prévio. Por isso o Bastonário da Ordem dos Advogados de então, Dr. Pedro Pitta, saudoso amigo, tanto protestou contra a minha deportação, e a Amnistia Internacional me considerou "o preso do ano", sendo que o Conselho da Europa também protestou contra a minha deportação por diversas vezes. Foi, seguramente, por isso que o ditador Marcelo Caetano autorizou o meu regresso a Lisboa, sem, contudo, dar qualquer explicação porque razão o faria.

No meu regresso, segundo o meu querido amigo Abranches Ferrão, que tinha sido colega de curso de Marcelo Caetano, disse-me que ele tinha ficado furioso por não lhe ter agradecido o meu regresso a casa. Isto é: depois de quase um ano de deportação, sem qualquer julgamento prévio, por puro arbítrio, ainda tinha que agradecer... Claro que não o fiz, apesar das pressões que então fizeram em contrário sobre mim.

Vem isto a propósito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que a ditadura votou na Assembleia-Geral das Nações Unidas, mas que nunca cumpriu, como se sabe.

Veio depois o 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos, com o Povo nas ruas a saudar os militares de Abril, com um entusiasmo único, como só se repetiu este ano, no quadragésimo aniversário desse dia "inicial, inteiro e limpo", como escreveu Sophia de Mello Breyner, no seu tempo de deputada pelo PS.

A verdade é que os militares vencedores de Abril não quiseram o poder, entregando-o aos partidos políticos. Como se viu no inesquecível 1º de Maio de 1974.

A conquista da liberdade foi imediata, com a libertação dos presos políticos, o fim da censura, a destruição da PIDE e o envio pacífico do ditador Caetano e do Presidente Américo Tomás para a Madeira e daí para o Brasil.

Nos Governos Provisórios voltámos a falar do fim das guerras coloniais e do direito à Liberdade e à Democracia, do reconhecimento dos Partidos e dos Sindicatos e, obviamente, dos Direitos Humanos. E quando foram marcadas as primeiras eleições livres, foi o PS que as ganhou à distância.

Daí partiu-se para a aprovação da Constituição da República que, com algumas correcções, está felizmente em vigor. E que obriga a todos os cidadãos portugueses. Excepto, ao que parece, ao actual Governo e ao Presidente da República, Cavaco Silva, quando procuram ignorar a Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976 e, portanto, também a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Durante todos os Governos que se seguiram, dos diferentes Partidos e de Governos de Coligação, todos sempre respeitaram a Constituição e, obviamente, os Direitos Humanos.

Sucedem que a crise económica europeia e o domínio dos mercados sobre a política, levou ao esquecimento dos Direitos Humanos. Hoje, passados três anos de Governo dos mercados e ignorando as pessoas, ninguém fala dos Direitos Humanos nem sequer reclamam para que sejam

respeitados. Parece não haver, da parte das autoridades e da Troika, que se impôs à soberania portuguesa, Presidente e Governo deixaram de dar atenção à Constituição da República e consequentemente aos Direitos Humanos.

É certo que ninguém fala disso, nem por mais roubado que seja, reclama os Direitos Humanos e a legalidade da Constituição da República. Pobre Estado, que perdeu a soberania sem protesto, e pobre Presidente da República que só fala em números e mercados.

Sem perceber que a dois anos do fim do seu mandato afirmou que a "austeridade tem, pelo menos vinte anos à sua frente". Nem parece saber o que o espera nos próximos meses, sendo certo que o Tribunal Constitucional vai pronunciar-se, em poucos dias. Talvez antes das eleições para o Parlamento Europeu...

Vem isto a propósito de um livro notável "O direito ao quotidiano estável", com o subtítulo "uma questão de Direitos Humanos", do Professor Doutor José Fontes, numa edição da Coimbra Editora que, lançado há poucos dias na Fundação Mário Soares e que teve a participação brilhante dos Professores Alfredo Bruto da Costa, Adriano Moreira e especialmente do autor, com um prefácio do Professor José Barata Moura, que não esteve presente.

Trata-se de um livro extremamente curioso e importante que esclarece como os Direitos Humanos estão esquecidos, com a crise económica actual que abafou a política pondo em relevo os mercados.

Com efeito desde há três anos que com este Governo de Coligação e a protecção do Senhor Presidente da República, que liga pouco à Constituição e nem sequer fala em Direitos Humanos. Como se as vítimas dos impostos e os cortes nas pensões e outros, não pudessem invocar, em seu favor, os Direitos Humanos, nos Tribunais e fora deles...

Por isso o livro referido é tão importante e deve ser invocado para impor - nos Tribunais e fora deles - a Constituição da República e os Direitos Humanos. Em que País vivemos e com que legitimidade pode o Governo não respeitar a Constituição e os respectivos Direitos Humanos e tendo o Presidente da República só um ano e meio para dissolver o Parlamento e convocar eleições? Invoquem pois os seus Direitos e não fiquem passivos perante os cortes, os roubos e as mentiras.

Têm grandes oportunidades durante este mês de Maio onde assistimos às eleições europeias e à desgraça do actual Governo!

Lisboa, 20 de Maio de 2014